

ÉTICA E POLÍTICA: questões para a psicanálise hoje

Doris Rinaldi*

Ética e política nem sempre foram campos distintos na história da cultura ocidental. A referência de Hegel à *pólis* grega como a “bela totalidade ética”, onde os valores éticos e políticos coincidiam, apesar do seu caráter ilusório, nos faz lembrar que a oposição entre esses dois campos é relativamente recente.

A ruptura entre ética e política é fruto da modernidade, que inaugura uma nova idéia de homem como indivíduo livre no seio de um universo infinito, trazendo consigo uma segmentação da sociedade e da cultura em esferas e, conseqüentemente, as oposições entre indivíduo e sociedade e entre indivíduo e poder¹. A psicanálise também é fruto da modernidade e, como tal, não poderia fugir a essas determinações, como evidenciam as formulações que Lacan nos traz no Seminário sobre *a Ética da Psicanálise* (1959/60) onde apresenta os campos da ética e da política como opostos.

Neste seminário, ao desenvolver sua proposta de uma ética da psicanálise como ética do desejo referenciada ao Real, ele enfatiza a particularidade do desejo de cada sujeito, a diferença que o constitui enquanto tal, opondo-se a qualquer forma de universalização moral. Isto não significa, entretanto, um desprezo pelo âmbito das relações entre homens. Retomando Freud no Projeto de 1895, Lacan vai justamente mostrar que o desejo se enraíza na experiência do próximo, pois é nele, no *Nebenmensch*, que está o fundamento da Coisa, objeto perdido, nunca tido, impossível de alcançar, em relação ao qual o sujeito mantém uma “distância íntima que se chama proximidade” (Lacan, 1988:97). Isto determina o atravessamento da relação entre os homens por esse Real do desejo que precisa ser simbolizado. O forte laço entre desejo e Lei, enfatizado tanto por Freud como por Lacan, vem delimitar simbolicamente o campo de possibilidades do desejo, por referência ao impossível.

É neste contexto que Lacan opõe ética e política, enfatizando a distinção entre *ética do desejo* e *moral do poder*, uma vez que a política se desenvolve no campo que denomina de “serviço dos bens”. Nesse campo, trata-se do ordenamento, da distribuição e do governo dos bens, âmbito no qual se estabelecem as regras e as leis da sociedade.

* Psicanalista, professora adjunta do Instituto de Psicologia da UERJ, coordenadora do Curso de Especialização em Psicanálise e Saúde Mental e coordenadora adjunta do Curso de Mestrado em Psicanálise, ambos deste instituto, membro da Intersecção Psicanalítica do Brasil.

O que a psicanálise vem mostrar, todavia, é que esse bem, inconscientemente buscado nas estruturas sociais, não existe. Na perspectiva psicanalítica, o laço social se funda antes na falta de objeto do que na disputa pelos bens. É em torno dos bens, como objetos de repartição, que se desenvolve a dialética da rivalidade e da partilha, em que o semelhante surge na sua dimensão imaginária de privador. O âmbito dos bens é, portanto, o do nascimento do poder.

A ciência política, ao definir o campo semântico da política a partir da noção de poder, seja ele entendido como poder de Estado ou micro-poder, pressupõe que o objeto social - o bem - é causa do laço social. É a partir disso que se estabelecem as relações de dominação, fundadas no uso da violência *legítima*, física ou simbólica, esta última decorrente da forte e permanente associação entre poder e saber.

Não há, contudo, como negar que a psicanálise, como prática da *pólis* moderna é uma prática política, mesmo guardadas as especificidades do discurso analítico. Uma vez que faz laço social, ela se insere na cena política inevitavelmente e Lacan e Freud não desconheceram isto.

A questão do poder, por sua vez, não é exterior ao discurso freudiano, ainda que receba um tratamento original. Se *Totem e Tabu* (1913) pode ser considerado um mito político, apresentando uma visão contratual que o inscreve na tradição da filosofia política de Hobbes e Rousseau, sua originalidade reside no fato de que este contrato é fundado em um crime, uma violência primordial. Nele, o lugar do poder absoluto, daquele que detém o gozo sob sua guarda, é um lugar vazio, pois o pai é morto. Um crime primordial funda para Freud a ordem da cultura e da sociedade, através de um pacto simbólico que traz consigo um pacto social e político.

Na leitura de Lacan, aí está, de forma mítica, a origem da Lei que institui o simbólico, pois, ao vincular a paternidade à morte, Freud indica, de um lado, a impossibilidade do gozo pleno e, de outro, a primazia do significante. Nesse sentido, o pai simbólico é o pai morto e "...esta morte é o momento fecundo da dívida por onde o sujeito se liga à vida e à Lei" (Lacan, 1971:72). Se esta Lei primordial, puramente simbólica, pode ser pensada como universal, sua articulação à estrutura do desejo, em contrapartida, funda a diferença (Rinaldi, 1996). Dela derivam os jogos e arranjos simbólico-imaginários que governam as relações entre os homens, sempre contingenciais, mas que, ao cristalizarem-se, recalcam a sua origem.

¹ Para uma análise desta questão ver Rinaldi (1996).

Freud chamou a atenção para os efeitos hipnóticos da identificação e da idealização que surgem na formação dos grupos, onde este lugar vazio, puramente simbólico, passa a ser encarnado por um líder que é ao mesmo tempo colocado na condição de objeto. Além disso, em *O mal-estar na cultura* (1930), denunciou os efeitos de recalçamento que fazem com que as leis sociais e morais criadas pelos homens constituam uma das principais fontes de sofrimento para eles próprios. Lacan, por sua vez, mesmo enfatizando que a ordem dos poderes não deve ser desprezada, apontou para os seus limites, mostrando que, em qualquer que seja a circunstância, o poder não está interessado no desejo.

A política tradicionalmente é o campo de exercício do poder, a partir da ilusão da existência de bens que satisfaçam o desejo, o que traz consigo a rivalidade e a disputa. A ética da psicanálise, por sua vez, ao partir de uma causa perdida, aponta para a experiência trágica da vida, onde o desejo se defronta com a morte, enquanto castração, uma vez que no seu horizonte não há nenhum bem, mas uma falta de objeto. Lacan não deixou de chamar a atenção para as dificuldades de sustentação desta ética referida ao impossível fora do contexto da psicanálise em intensão. Certamente esta advertência diz respeito às dificuldades encontradas na tentativa de sustentar de forma radical a ética do desejo no campo das relações entre os homens, onde domina a política.

Entretanto, se levarmos a sério os próprios enunciados freudianos, que indicam a origem simbólica do pacto político, é possível pensar a dimensão política de outra forma. Parafrazeando Maquiavel, a política enquanto “arte do possível” pode ser vista como uma tentativa de estabelecer, através da palavra, da troca simbólica e da negociação, o campo de possibilidades de acesso a um gozo que será sempre parcial e contingente. Seguindo as formulações de Lacan no Seminário 20, se a ética do desejo aponta para o impossível, para aquilo que “não pára de não se escrever”, pode-se pensar a política como política do desejo que se desenvolve no terreno da contingência, naquilo que “pára de não se escrever”, no regime do encontro sempre faltoso. Neste sentido, ela pode ser vista como o próprio movimento do inconsciente, como política do sujeito que se instaura numa prática da diferença.

Mas, como lembra Lacan a propósito do amor, o “parar de não se escrever” traz consigo a ilusão de que algo efetivamente se inscreve no destino de cada um, o que faz com que, durante um tempo de suspensão, se acredite que a relação sexual é possível (Lacan, 1982:199). Neste processo, é pela via do próprio inconsciente que se passa da contingência à necessidade, do “pára de não se escrever” ao “não pára de se escrever”.

Transpondo esta formulação sobre o amor para a política, vê-se que é por esta mesma via que esta última entra no campo do necessário, como *sintoma* das relações sociais que vem recalcar o movimento desejante, através das cristalizações imaginárias, do engessamento burocrático e moralizante, da luta pelo poder.

A história do movimento psicanalítico é rica em exemplos desta passagem do contingencial ao necessário, onde o exercício da política, ao contrário de viabilizar o movimento desejante, é levado a cabo como forma de recalcar-lo.

Neste fim de século, em que os efeitos desse tipo de política levaram, de um lado à constituição de impérios que em nada relembram o vigor desejante dos textos freudianos e lacanianos e, de outro, à fragmentação de grupos que, fechados em si mesmos, debatem-se numa endogamia mortal, trata-se de tentar, mais uma vez, remontando a política a seu fundamento simbólico, exercê-la, como dizia Freud, assim como a psicanálise, como uma prática impossível. Nessa fronteira, trata-se de explorar o possível sem soldá-lo no necessário, tendo em vista que, inevitavelmente, se obterá um sucesso insuficiente. Esta observação de Freud, nos conduz a pensar que se levarmos a sério a ética da psicanálise, como uma ética do Real, mais do que qualquer saber constituído, símbolo de poder, o que nos deve guiar é a paixão da ignorância e o reconhecimento de que o nosso verdadeiro mestre é o Real². Creio ser está a única esperança de que, através da criação de novos laços sociais entre analistas e entre estes e o mundo, se possa reinventar a psicanálise.

Bibliografia Citada:

FREUD, Sigmund.- "Totem e Tabu" (1913) Obras Psicológicas Completas, Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro, Imago Ed., 1976.

----- - "O mal-estar na cultura" (1930) Obras Psicológicas Completas, Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro, Imago Ed., 1976.

LACAN, Jacques - Seminário VII, *A ética da psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1988.

----- - Seminário XX, *Mais, ainda* (1972-73), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1982.

² Esta afirmação inspirou-se na formulação de Alain Didier-Weil apresentada na reunião preparatória para Convergência, realizada em Paris no início deste ano. Diz ele: "...nós não temos só um mestre, nós temos no mínimo dois: se o primeiro mestre for Lacan, o segundo mestre é o Real. Se nós esquecemos deste mestre que é o Real, eis que aparece uma Convergência organizada por um olho central".

RINALDI, Doris - *A ética da diferença*, Rio de Janeiro, Eduerj/Jorge Zahar Ed.,
1996.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.